

Hume e as colônias americanas: moral, economia, política

Hume on the American colonies: morals, economy, politics

Marcos Balieiro
Universidade Federal de Sergipe (UFS)
marcos.balieiro@gmail.com

Resumo: Trata-se de mostrar de que maneira elementos morais, políticos e econômicos se entrelaçam na concepção desenvolvida por David Hume acerca das colônias britânicas nas Américas. Esse empreendimento teria decorrido não apenas do desenvolvimento técnico e moral que o autor considera decorrentes do estabelecimento das sociedades comerciais de seu tempo, mas, também, da posição que a Inglaterra procurou manter no equilíbrio de poder europeu. Pretende-se estabelecer que, ainda que o filósofo tenha considerado o projeto colonialista britânico como inevitável, ele teria limites morais e econômicos, os quais teriam, à época do próprio Hume, conduzido a resultados indesejáveis, tanto no que diz respeito ao tratamento dos próprios colonos quanto em aspectos como, por exemplo, a escravidão. Para esse fim, serão utilizados alguns dos *Ensaio Morais, Políticos e Literários*, passagens da *História da Inglaterra* e algumas das cartas de Hume.

Palavras-chave: Hume. Colônias. Comércio. Moral. Escravidão.

Abstract: This paper aims at portraying the ways in which moral, political and economic elements are intertwined in David Hume's thoughts concerning British colonies in the Americas. He thought the colonial undertaking resulted not only from the technical and moral development that the author considers to be the result of the establishment of the commercial societies of his time, but also from the position that England sought to maintain in the European balance of power. We contend that, although the philosopher considered the British colonialist project to be inevitable, it had moral and economic limits which, at the time of Hume himself, led to undesirable results, both in terms of the treatment of the colonists and in aspects such as slavery. To this end, some of the *Essays Moral, Political and Literary*, passages from *The History of England* and some of Hume's letters will be used.

Key words: Hume. Colonies. Commerce. Morals. Slavery.

Recebido em 31 de janeiro de 2025. Aceito em 04 de maio de 2025.

dois pontos, Curitiba, São Carlos, vol. 22, n. 1, jun. de 2025, p. 45 - 53 / ISSN: 2179-7412 DOI:<https://doi.org/10.5380/dp.v22i1.98287>

Introdução

Em uma carta de 22 de julho de 1768, destinada a Gilbert Elliot de Minto, David Hume manifesta de maneira veemente seu descontentamento com a situação da Inglaterra. “Como anseio”, diz ele, “por ver a América e as Índias Orientais se revoltarem totalmente e, por fim, as receitas reduzidas pela metade, o crédito público completamente desacreditado pela falência, um terço de Londres em ruínas e a multidão de malandros subjugada!” (HUME, 2011, p. 184). Em 25 de outubro de 1769 (pouco mais de um ano depois, portanto), um desejo semelhante seria expressado em carta a William Strahan. As palavras do filósofo, nesse caso, foram ainda mais incisivas:

Apesar de minha idade, tenho esperanças de ver uma falência pública, a revolta total da América, a expulsão dos ingleses das Índias Orientais, a redução de Londres a menos da metade e a devolução do governo ao Rei, à Nobreza e à pequena nobreza rural [*gentry*] deste reino. Para adornar a cena, espero, também, que algumas centenas de patriotas façam sua despedida em Tyburn, e aprimorem a eloquência inglesa por meio de suas últimas palavras. (HUME, 2011, p. 210)

Esta passagem da carta a Strahan diz respeito, em parte, a perigos que Hume observa no potencial faccioso que poderia decorrer do que ele considerava um excesso de liberdade. Tal atitude pode ser vista, também, em outras correspondências do autor, como uma carta a Turgot datada de 8 de março de 1768, na qual os ingleses são apresentados como um povo que tem mais liberdade do que qualquer outro, “talvez mais do que qualquer homem deveria ter” (HUME, 2011, p. 180), mas ainda assim exige mais. As cartas a Gilbert Elliot e a William Strahan, porém, trazem um elemento peculiar, a saber, a esperança de que o império britânico perca seu poder sobre as colônias americanas e as Índias Orientais. Esse é um ponto importante acerca do qual Hume tem posições que diferem radicalmente daquelas da maior parte dos autores escoceses do período, e que merece atenção por ensejar a observação da maneira como temas morais, políticos e econômicos se entrelaçam ao longo da obra do autor. Bons amigos do filósofo, como Thomas Blacklock, Allam Ramsey e Adam Ferguson, escreveram panfletos contra aqueles que se revoltavam nas colônias americanas. Como resultado, houve cartas revoltadas por parte de colonos insurgentes publicadas em periódicos como o *Caledonian Mercury*.

Ainda que Hume não tenha pretendido empreender considerações teóricas exaustivas acerca do império britânico em obras como o *Tratado da Natureza Humana* ou *Uma Investigação sobre os Princípios da Moral*, e por mais que seja difícil mapear com precisão as posições do filósofo sobre o assunto nos *Ensaios Morais, Políticos e Literários*, trata-se de um tema importante, na medida em que constitui um caso privilegiado para se compreender a maneira como temas morais, políticos e econômicos se entrelaçam ao longo de sua obra

Moral, economia, política e os limites do colonialismo

Em *Do Comércio*, Hume faz questão de elogiar as vantagens do comércio exterior. Para ele, essa atividade aumenta tanto o poder do Estado quanto as riquezas e a felicidade dos súditos. Importação e exportação permitem não apenas o acesso a novos materiais, como também trabalho que, de outro modo, não haveria. Desse modo, “um reino que tenha grande importação e exportação deverá ter industriiosidade mais abundante, e esta será mais aplicada a delicadezas e luxos, do que um reino que se contente com suas *commodities* nativas” (HUME, 1985, p. 263). Um reino que preste atenção ao comércio exterior será, desse modo, mais rico e mais feliz. A história mostraria, ainda, que, em geral, essa atividade tende a preceder o refinamento em manufaturas domésticas, de modo que estaria na raiz do desenvolvimento do luxo por parte de um Estado. Segundo o autor, haveria forte tentação de utilizar produtos estrangeiros, já prontos para uso e que constituíssem novidade. Além disso, seria considerável o lucro trazido pela exportação daquilo que é supérfluo para um Estado, mas extremamente desejado em outro. A partir daí, pessoas se familiarizariam “com os *prazeres* do luxo e os *lucros* do comércio e, tendo sua *delicadeza* e sua *industriosidade* sido despertadas, os levariam a melhorias posteriores” (HUME, 1985, p. 264). O desejo por objetos de luxo vindos do estrangeiro levaria, portanto, a um desenvolvimento do comércio, que se

¹ Todas as citações ao longo do artigo são de textos originalmente em inglês. As traduções são minhas.

iniciaria por uns poucos detentores dos “segredos” da importação e da exportação, mas passaria a atrair mais pessoas com o tempo. Ainda, as manufaturas domésticas seriam incrementadas pela emulação, de modo a produzir melhorias, também, no trabalho com produtos “de casa”.

Esse processo, segundo Hume, tenderia a tornar um Estado mais poderoso, de modo que, com o tempo, o próprio comércio exterior se tornaria menos importante por conta desse desenvolvimento. Além disso, a própria felicidade das pessoas comuns deveria ser aumentada por esse processo:

[...] assim como uma multitude de artes mecânicas é vantajosa, também o é um grande número de pessoas que partilhe da produção dessas artes. Uma desproporção muito grande entre os cidadãos enfraquece qualquer Estado. Todas as pessoas, se possível, devem aproveitar os frutos de seu trabalho, de completa posse de tudo que é necessário, e muito do que é conveniente à vida. Ninguém poderá duvidar que tal igualdade é a mais adequada à natureza humana, e subtrai muito menos da *felicidade* dos ricos do que acrescenta à dos pobres. (HUME, 1985, p. 265)

Em outro ensaio, *Do Refinamento nas Artes* (que, originalmente, se chamaria *Do Luxo*), Hume chama a atenção para um outro ponto: o refinamento das artes, que no ensaio anterior é apresentado como consequência necessária do comércio, teria consequências vultosas para o progresso moral. A passagem a seguir é longa, mas, vale a pena citá-la na íntegra:

Quanto mais essas artes refinadas avançam, mais sociáveis se tornam os homens. Nem é possível que, quando enriquecidos com a ciência, e de posse de um fundo de conversação, eles possam se contentar em permanecer solitários, ou viver com seus concidadãos da maneira distante que é peculiar às nações ignorantes ou bárbaras. Eles se bandeiam para as cidades, amam receber e comunicar conhecimento, mostrar sua espirotuosidade [*wit*] ou sua boa criação, seu gosto pela conversação ou pela vida, pelas vestimentas e pela mobília. A curiosidade seduz os sábios, a vaidade, os tolos e o prazer, a ambos. Clubes e sociedades particulares se formam por toda parte. Ambos os sexos se encontram de maneira fácil e sociável, e os temperamentos dos homens, bem como seu comportamento, se refinam rapidamente. Desse modo, além das melhorias que recebem do conhecimento e das artes liberais, é impossível que não venham a sentir um aumento da humanidade, por conta do próprio hábito de conversarem, e contribuírem uns para o prazer e o entretenimento dos outros. Assim, *industriosidade*, *conhecimento* e *humanidade* estão ligados por uma cadeia indissolúvel, e se descobre, tanto pela experiência quanto pela razão, serem peculiares às épocas mais polidas e, como normalmente são chamadas, mais luxuosas. (HUME, 1985, p. 271)

Deixemos de lado, aqui, maiores considerações acerca dos problemas envolvidos nas concepções de Hume sobre os encontros “fáceis e sociáveis” entre os sexos². O que interessa, por ora, é destacar não apenas o vínculo estreito, mas a “cadeia indissolúvel” entre industriiosidade, conhecimento e humanidade. Nesse sentido, como muitos de seus compatriotas, Hume considerava que o progresso econômico observado nas chamadas sociedades comerciais e no desenvolvimento urbano seria causa, também, de consequências positivas para a sociabilidade e, portanto, para a moral. Uma sociedade desse tipo não se caracterizaria apenas por concernir a Estados mais poderosos por possuírem mais recursos. Tratar-se-ia, também, de uma sociedade de pessoas mais felizes e, nos termos em que Hume entende o desenvolvimento da moralidade, também mais virtuosas³. Se a relação entre a Inglaterra e suas colônias é alvo de críticas por parte do filósofo escocês, é, em alguma medida, por atentar contra esses efeitos benfazejos.

Alguns elementos gerais presentes em outros ensaios colaboram para compreender bem esse ponto. Em *Que a política pode ser reduzida a uma ciência*, vê-se que governos livres tendem a ser mais opressivos do que monarquias quando se trata de suas colônias. Um Estado livre, diz Hume, tratará de impor restrições ao comércio e aumentar impostos, de modo a obter alguma vantagem privada, bem como pública, por suas conquistas. Além disso, “Governadores provinciais têm melhores chances, em uma república, de escapar com seus saques, por meio de subornos ou intriga, e seus concidadãos, enriquecidos pelos espólios das

² Ver, a esse respeito, Balieiro (2024).

³ Não à toa, Wennerlind (2012) equipara uma sociedade comercial a uma sociedade mais desenvolvida quando à felicidade e à moralidade. Ainda, para uma leitura interessante do comércio como metáfora para a sociabilidade pode ser encontrada em Ribeiro (2019).

províncias subordinadas, estarão mais inclinados a tolerar esses abusos” (HUME, 1985, p. 19). É importante lembrar que, como observa Donald Livingston, em vários momentos, Hume considera que a Inglaterra teria um governo livre e “é tratada [...] em tudo menos em nome, como uma república” (1998, p. 291).

Por outro lado, uma leitura como a desse comentador, segundo a qual o estabelecimento de colônias pela Inglaterra seria essencialmente deletério, perde de vista elementos importantes, de caráter político e econômico. Além desses riscos elementares de opressão por parte de governadores que buscariam enriquecimento privado, os próprios esforços de guerras expansionistas trariam riscos econômicos insuperáveis. Como se sabe, em seu *Do Equilíbrio de Poder*, Hume tratou de afirmar que a Inglaterra teria exercido um papel importante para a manutenção da estabilidade política europeia, e considerou que uma aliança com a Áustria seria essencial para contar o expansionismo francês. Ainda assim, chamou a atenção para o fato de que os esforços ingleses para atuar sobre a política da Europa haviam trazido, por outro lado, uma dívida bastante considerável. Esses elementos, retomados na *História da Inglaterra*, são importantes para compreender algumas observações de Hume acerca do engendramento do poderio naval inglês e, consequentemente, da situação que se estabeleceu nas colônias americanas.

É verdade que, como bem observou Wei (2017), *A História* traz considerações um tanto diferentes no que diz respeito à política externa inglesa. Diferentemente do que se via no ensaio, tratava-se, então, não apenas de garantir a segurança interna, mas de compreender a Inglaterra como um país que exerceria um papel de liderança contra a monarquia universal, tendo em vista alterações constantes de “um mapa mental da geopolítica europeia, no qual a Inglaterra continuamente reajustava seu papel em assuntos estrangeiros” (WEI, 2017, p. 126). Nessa situação, evidentemente, o estabelecimento de colônias transoceânicas proveria recursos importantes. Não à toa, nos volumes V e VI da *História da Inglaterra*, Hume apresenta considerações acerca da importância que disputas coloniais teriam tido para o equilíbrio de poder e para a segurança nacional. Wei (2017) observa que esse tipo de interesse chegou a determinar pesadamente as alianças inglesas com outros países, como se vê, por exemplo, no caso do casamento de Carlos II, que desposou uma portuguesa, e não uma espanhola, tendo em vista os interesses comerciais da nação⁴.

Por outro lado, Hume se mostrou bastante preocupado com os custos de manutenção da frota naval, bem como pela explosão das dívidas públicas por conta de uma longa história da perda de poder, por parte da coroa, de criar novos impostos⁵. Em que pese a importância do comércio colonial para os interesses ingleses, desde o reinado de Carlos I os impostos para se manter a frota real haviam gerado problemas não apenas porque seria temerário fazer com que a segurança do país dependesse disso, mas também por conta dos custos e, também, dos desgastes políticos que eles acarretariam. Hume menciona, a esse respeito, por exemplo, a condição indefesa do reino quando desprovida de uma frota, “a inabilidade do rei de equipá-la e mantê-la com seus recursos estabelecidos, mesmo com o maior cuidado e a maior frugalidade, a impossibilidade de obter, em termos razoáveis, qualquer suprimento voluntário do parlamento” (HUME, 1983b, p. 142).

Pensando em termos mais gerais, em *Do Crédito Público* Hume compara guerras principescas lutadas em meio a débitos, fundos e hipotecas públicas a “uma luta de porretes em uma loja de porcelanas” (HUME, 1985, p. 360). Ince (2018) afirma acertadamente que o filósofo estaria particularmente preocupado com a explosão do crédito público a níveis nunca antes vistos, levando a uma situação bastante perigosa, que terminaria, ao concentrar parte grande da riqueza não em produtos com valor real, mas em ações e promissórias, por aumentar demasiadamente o poder do soberano (que pode determinar, afinal, o valor desses papéis). O “poder intermediário” da pequena nobreza e das grandes famílias, ao fim e ao cabo, seria eliminado, situação que, como lembra Wei (2017), teria sido agravada pelo estabelecimento de impostos pesados sobre a posse da terra, enquanto empreendimentos navais teriam sido favorecidos nesse sentido.

⁴ Ver, também, Hume, 1983c.

⁵ Para considerações detalhadas a esse respeito, ver Wei (2017).

Como se sabe, a dívida pública inglesa sofreria mais um revés por ocasião da Guerra dos Sete Anos. No volume V de sua *História da Inglaterra*, Hume havia considerado que um governo gentil não só havia mantido a situação das colônias estável, mas seria possível que se mantivesse assim por mais algum tempo. Para isso, seria importante conceder aos colonos alguma liberdade. Entretanto, isso se tornou impossível diante da necessidade de cobrar impostos cada vez mais elevados das colônias, para financiar as guerras contra a França e nas Índias. Os colonos, é claro, “percebiam esses impostos como intrusivos e injustos e, assim, seus laços com a Grã-Bretanha, que já eram frágeis, se enfraqueciam” (WEI, 2017, 124). Do mesmo modo, Livingston nota que Londres havia se tornado uma cidade artificial e abstrata demais. Ademais, o governo londrino havia se tornado uma instância remota e arbitrária, que estaria “drenando as províncias na Grã-Bretanha e as colônias de sua riqueza”, reduzindo-as a uma “fonte de renda para projetos imperiais” (LIVINGSTON 1998, 219). Não à toa, Hume já havia observado, em outra parte, os riscos decorrentes do afastamento de senhores que deixassem de ser vistos como fontes de proteção para quem deles dependesse. Algo semelhante teria colaborado, por exemplo, para explicar eventos da Inglaterra medieval:

Quando os grandes baronatos feudais foram inicialmente erigidos, o senhor vivia em opulência em meio a seus vassalos. Ele estava em uma situação que lhe permitia estimá-los e defendê-los. A qualidade de patrão naturalmente se unida à de superior, e esses dois princípios de autoridade sustentavam mutuamente um ao outro. Mas quando, pelas várias divisões e misturas de propriedade, o superior de um homem passou a viver distante dele, e não mais pôde dar-lhe abrigo ou apoio, o laço gradualmente se tornou mais fictício que real. Novas conexões a partir da vizinhança ou de outras causas foram formadas. Buscava-se proteção por serviços voluntários e amizade [...]. (Hume, 1983a, p. 100)

Fica evidente, então, que o desenvolvimento do império britânico, do modo como vinha ocorrendo, seria incompatível com a saúde financeira do reino. Por outro lado, alguma atenção aos ensaios em que Hume expõe suas posições na forma de teses mais gerais permite entrever que a situação nas colônias poderia impedir, em boa parte do mundo, o desenvolvimento moral que, de outra forma, poderia advir do desenvolvimento do comércio. No caso das colônias americanas, fica evidente que haviam se distanciado bastante do modelo de expansão da comunidade preconizado em ensaios como *Do Comércio* e *Do Refinamento nas Artes*, uma vez que teriam sido reduzidas a uma situação de exploração. A maneira como a Grã-Bretanha havia conduzido sua atuação nas colônias as tornara incompatíveis com o desenvolvimento de sociedades comerciais desenvolvidas a partir do convívio equilibrado de sociedades menores. No que diz respeito ao próprio império britânico, talvez pudesse ser pensado, a partir daí, em analogia com a antiga Roma: como se sabe, em *Do Refinamento nas Artes*, vê-se a consideração de que uma das razões da queda desse antigo império teria sido a extensão ilimitada de suas conquistas.

Colonialismo, escravidão e prejuízos morais

A consideração de que a relação da Inglaterra com suas colônias poderia ter consequências morais indesejáveis, aliás, pode ser depreendida da maneira como Hume lida com um tema correlato, a saber, a escravidão. Não se trata, é claro, de relativizar as posições racistas do autor. Estas ficam bastante evidentes quando se considera aquela que ficou conhecida como a “nota de rodapé infame”, inserida em *Dos Caracteres Nacionais*. A versão final da nota, publicada a partir de 1777, é a seguinte:

Estou pronto a suspeitar que os negros sejam naturalmente inferiores [*inferior*] aos brancos. Mal houve qualquer nação civilizada dessa compleição, nem mesmo qualquer indivíduo eminente, fosse na ação ou na especulação. Nenhuma manufatura engenhosa entre eles, nem artes, nem ciências. Por outro lado, os mais rudes e bárbaros dos brancos, como os antigos germânicos ou os atuais tártaros, têm, ainda, algo de eminente em seu valor, sua forma de governo ou outro particular. Uma diferença tão uniforme e tão constante não poderia acontecer, em tantos países e épocas, se a natureza não tivesse estabelecido uma diferença original entre essas crias de homens. Para não mencionar nossas colônias, há escravos negros dispersos por toda a Europa, nenhum dos quais já revelou quaisquer sintomas de engenhosidade, ainda que pessoas vis [*low*], sem educação, terminem, entre nós, por se distinguir em todas as profissões. Na Jamaica, de fato, fala-se de um negro como sendo provido de talentos e erudição, mas é provável que ele seja admirado por realizações muito exíguas, como um papagaio que fala algumas palavras corretamente. (HUME, 1985, p. 629-30)

Não é o caso de examinar, aqui, toda a discussão teórica em torno dessa nota. Ainda assim, é importante não perder de vista que ela não é mera expressão de um ponto de vista pessoal. Conforme observei em outro texto (BALIEIRO, 2021), as posições de Hume se alinham com certas teorias raciais que estavam em voga à época, e revelam que o autor pode ter sido influenciado por teses poligenistas, ainda que não tenha se comprometido com elas de maneira estrita⁶. O racismo do pensador escocês se evidencia, também, a partir das considerações, por parte de Max Grober, de que, ao escrever à Condessa de Boufflers comentando o caso do sequestro de William Ansah Sessarakoo⁷, Hume teria se baseado em um relato já controverso, feito por um oficial britânico chamado John Roberts, e cometido, a partir dele, “omissões estratégicas, adições e comentários preconceituosos” que revelariam “uma atitude inconfundível de desprezo com relação aos africanos” (GROBER, 2022, p. 285).

Não é possível reduzir as considerações do filósofo ao resultado de preconceitos de época. Um orador do *Wise Club* de Aberdeen, que tinha compromissos abolicionistas bastante enfáticos, chegou a fazer a seguinte observação, registrada em ata de reunião desse clube:

Diga-me, Sr. Hume, em que espécie de gênio você esperaria que um escravo negro se distinguisse? Você preferiria que ele fosse um filósofo, um historiador ou um poeta? Infelizmente, ele não pode escrever nem ler. Você gostaria que ele fosse um orador, um estadista ou o general de um exército? Certamente o senhor deve saber que tais profissões estão tão além do alcance deles quanto a condição de realeza está distante da sua própria. [...] Aprenda, Sr. Hume, a valorizar as bênçãos da liberdade e da educação, pois aventure-me a assegurar que, tivesse o senhor nascido e sido criado como um escravo, jamais se teria ouvido falar de seu gênio, não importando o que o senhor pensa dele. (*apud* SEBASTIANI, 2013, p. 114)

O orador da Sociedade Filosófica de Aberdeen, então, parece ter notado uma cadeia causal que escapou a Hume, tendo observado, contra sua “nota de rodapé infame”, que a “falta de gênio” dos negros seria resultado não da natureza, mas da escravização. Robert Palter (1995) concluiu, após mapear as reações à nota de rodapé infame no século XVIII, que a maior parte delas foi contrária ao filósofo. Vê-se, então, que aqueles que estavam efetivamente comprometidos com a causa abolicionista não viam em Hume exatamente um apoiador, além de denunciarem seu racismo.

É verdade que, em *Da Populosidade das Nações Antigas*, em meio a uma discussão que pretendia mostrar os maus efeitos do tipo de escravidão que teria ocorrido em Atenas ou em Roma, o autor trata de condenar, também, a maneira como a prática ocorreria nas Américas de seu tempo:

O que resta da escravidão doméstica, nas colônias americanas e entre algumas nações europeias, certamente jamais criaria um desejo de torná-la mais universal. A pouca humanidade que comumente se observa em pessoas acostumadas, desde a infância, a exercer autoridade tão grande sobre seus semelhantes, e a pisotear a natureza humana, bastaram para nos enojar no que toca a esse domínio ilimitado. (HUME, 1985, p. 383-4)

Entretanto, como já observaram Margaret Watkins (201) e Andre Willis (2016), essa crítica traz uma série de complicações. Diferentemente do que observou, por outro lado, Palter (1995), consideram que essa passagem não mitiga, de maneira alguma, aquilo que Hume dissera acerca dos negros em sua “nota infame”. Willis, em particular, considera reveladora a comparação entre as críticas mornas de Hume à escravidão e aquelas mais apaixonadas feitas por autores como Beattie e Ramsay.

⁶ É importante observar, também, que Hume parece ter dado bastante atenção ao texto da nota, que passou por revisões frequentes. Garrett (2016) mostra que, ainda que muitas delas sejam pequenos ajustes formais, o fato de o autor ter se dedicado tanto a aperfeiçoar o conteúdo da “nota de rodapé infame” mostra que ela não seria algo que Hume teria visto como mero detalhe, nem como um ponto que não mereceria tanta atenção.

⁷ Sessarakoo teria sido filho de Eno Baisie Kurentsi, “o mais rico mercador do porto de comércio de escravos em Anomabu, na África ocidental” (GROBER, 2022, p. 286). Segundo as versões mais aceitas da história, Kurentsi, desejando que seu filho fosse educado na Inglaterra, teria tratado com um capitão inglês, que deveria levar a cabo essa iniciativa. O capitão, porém, teria traído a confiança de Kurentsi, e vendido Sessarakoo como escravo em Barbados.

Particularmente inquietante, nesse contexto, é o fato de, em março de 1766, Hume ter escrito a Lord Hertford, aconselhando-o a comprar uma *plantation* operada com trabalho escravo. Graças a cartas descobertas recentemente por Felix Waldman (HUME, 2014), sabe-se que o filósofo teria não apenas aconselhado seu benfeitor, mas escrito ao Marquês d'Ennery, governador da Martinica, para facilitar o negócio. Ainda mais do que isso, Hume havia, algum tempo antes, emprestado 400 libras a um mercador de vinhos que seria dos principais investidores daquelas terras, o que sugere a possibilidade de que o filósofo tenha, ele próprio, lucrado com investimentos na *plantation*.

Não se trata, aqui, apenas de lembrar mais uma vez as posições racistas de Hume. Muito já se escreveu sobre isso e, também, sobre como o próprio pensamento do autor pode, naquilo que tem de mais eminentemente teórico, ser usado para defender posições anti-racistas⁸. O que interessa evidenciar é que, em que pesem as posições racistas do filósofo, sua posição acerca da escravidão nas colônias deixa claro que as práticas desenvolvidas nas Américas trariam prejuízos morais inevitáveis. Não se pode negar que a opressão por parte da metrópole, resultante da necessidade de um aumento brutal de impostos para cobrir uma dívida pública fora de controle, foi um aspecto importante para explicar a turbulência nas colônias, que certamente teve, por si só, consequências morais. Ainda assim, o fato de a economia nas Américas depender da escravidão mostra que, em certo sentido, a própria prática colonial teria aspectos que complicariam sua associação ao modelo de desenvolvimento moral que resultaria da emergência de sociedades comerciais⁹. Nesse sentido, é claro que as críticas de autores como Watkins e Willis se sustentam: a crítica de Hume à escravidão moderna não teria decorrido de qualquer preocupação com a situação dos negros, às custas dos quais o filósofo talvez, inclusive, tenha lucrado. Ainda assim, é possível que a crítica da escravidão diga algo sobre os próprios riscos de uma sociedade que passara a depender, para a manutenção de seu lugar no equilíbrio de poder europeu, de práticas que poderiam minar os resultados morais do estabelecimento de uma sociedade comercial.

À guisa de conclusão

Diante do exposto, pode-se dizer que as expectativas de Hume quanto às colônias americanas passou por modificações importantes ao longo do tempo. Mesmo tendo em vista apenas os *Ensaio*s e a *História da Inglaterra*, já é possível observar certas diferenças, decorrentes de variações nas maneiras como o filósofo lidou, em cada um desses textos, com a situação da Inglaterra no que dizia respeito ao equilíbrio de poder na Europa. Ainda assim, é importante não perder de vista que ensaios como *Do Refinamento nas Artes* e *Da Populosidade das Nações Antigas* já anteviam potenciais limites para o expansionismo que caracterizou boa parte da história do império britânico. Além disso, as cartas apresentadas ao início deste artigo ensinam, ainda, eventos ocorridos posteriormente ao estabelecimento dos argumentos dos *Ensaio*s e da *História* não passaram despercebidos pelo autor, tendo contribuído, de fato, para que ele assumisse novas posições no que dizia respeito à Grã-Bretanha e suas colônias.

Os elementos levantados até aqui conduzem à percepção de que uma boa compreensão do problema deve levar em conta tanto elementos mais gerais, por vezes de caráter moral e político, tais como se encontram nos ensaios discutidos ao longo do texto, quanto outros de natureza mais propriamente econômica, que exigem um recurso à *História* e às cartas de Hume. Isso é importante porque, em mais de uma ocasião,

⁸Limongi (2023), por exemplo, retoma certas considerações feitas por Hume na Seção 3 de *Uma Investigação sobre os Princípios da Moral* para mostrar que o pensamento político do autor poderia ser usado para justificar lutas antirracistas, com a busca de direitos por parte dos negros sendo vista sob um prisma semelhante àquele que Hume aplica aos indígenas, que teriam sido erroneamente desumanizados antes de se mostrarem capazes de resistência. Nesse sentido, as posições expressas de Hume sobre os africanos não impediriam a mobilização de teses mais gerais do autor, ainda hoje, no que diz respeito a combater o racismo.

⁹Esse ponto parece ter sido perdido de vista por Ince (2018), para quem Hume seria um crítico da maneira como o império britânico lidava com as colônias, mas tem teria posições “ambíguas” sobre a escravidão.

dificuldades interpretativas surgiram por conta de negligências quanto a algum desses elementos. Livingston (1998), por exemplo, ainda que tenha dado atenção a cartas e a aspectos sociais da relação entre a metrópole e as colônias, parece não ter levado em conta fatores econômicos que, especialmente no tocante à *História* e às cartas, são essenciais para compreender os propósitos do filósofo. Nesse sentido, ainda que sua concepção segundo a qual a metrópole teria se tornado abstrata demais no imaginário dos colonos esteja, essencialmente, correta, parece ter sido orientada por concepções que ignoram aspectos econômicos sido importantes para Hume. Com isso, passou a ver a empreitada colonial britânica como resultado de um processo de refinamento filosófico excessivo, além de atribuir a Hume a percepção, no mínimo controversa, de que as colônias americanas seriam elogiáveis por se constituírem como uma terra de liberdade. Wei (2017), por outro lado, parece ter compreendido a importância que o pensador escocês deu à relação entre economia e moral. Além disso, desenvolve uma tese interessante, segundo a qual Hume teria, ao longo de sua *História*, como a constituição inglesa teria se desenvolvido de modo a estabelecer a autoridade real como uma espécie de guardião da liberdade. Ainda assim, essa tese deixa de lado análises mais rigorosas de como isso se daria no que diz respeito às teses morais e políticas mais amplas do filósofo.

Nos dois casos, portanto, deixou-se de considerar elementos que seriam importantes para compreender, de maneira mais robusta, o tratamento que Hume confere à questão das colônias americanas. Outros comentadores, a exemplo de Ince (2018), incorreram em problemas semelhantes, por vezes complicando a compreensão de pontos importantes, como o papel que a escravidão teria tido na concepção humiana do empreendimento colonial.

Pode-se concluir, então, que o pensador escocês veio a condenar a atuação da Grã-Bretanha nas colônias por fatores multifacetados, que dizem respeito a diferentes aspectos de sua filosofia. Por um lado, os ensaios mencionados acima parecem indicar que haveria um limite para a expansão imperialista. Nesse sentido, ainda que se compreenda que a Inglaterra não teria tido escolha senão estabelecer uma frota poderosa empreendimentos coloniais, haveria um ponto a partir do qual esses procedimentos inevitavelmente se complicariam, com consequências morais bastante acentuadas. Isso parece ser corroborado pelas considerações acerca da escravidão. Por outro lado, uma boa compreensão de elementos históricos e econômicos seria importante não apenas para enrobustecer as teses presentes nos *Ensaaios*, mas, também, para reposicioná-las ou, principalmente no caso das cartas, corrigi-las a partir de eventos que, anteriormente, não seriam previsíveis.

Consequentemente, vale observar, por fim, que o problema da relação entre a Grã-Bretanha e as colônias americanas chama a atenção para outras questões importantes. Uma delas diz respeito ao próprio lugar da *História da Inglaterra*, frequentemente vista como fonte de experimentos para as teses gerais de Hume¹⁰. Recentemente, alguns estudos vêm mencionando a possibilidade de que a essa grande obra teria sido um momento em que o filósofo corrigiu teses estabelecidas anteriormente¹¹, e talvez essa possibilidade mereça atenção. Outra questão importante diz respeito às *Cartas*. Segundo alguns autores, um conhecimento exaustivo do pensamento político humiano passaria, inevitavelmente, pela leitura cuidadosa delas¹². Parece que o estatuto filosófico desses textos permanece, ainda, indecído.

¹⁰ Trata-se de posição amplamente aceita, no mínimo, desde Forbes (1976).

¹¹ Ver, a esse respeito, Baier (2011).

¹² É o caso de Livingston (1998).

Referências Bibliográficas

- BAIER, A. *The Cautious Jealous Virtue*. Harvard: Harvard University Press, 2011.
- BALIEIRO, M. 2021. “Algumas considerações sobre o racismo de Hume”. *Revista Estudos Hum(e)anos*, v. 9, n. 2, pp. 65-92.
- BALIEIRO, M. 2024. “As mulheres no pensamento de David Hume: uma reconsideração.” *Discurso*, v. 54, n. 2, pp. 148-164.
- GARRETT, A. 2016. “Hume’s ‘Original Difference’: Race, National Character and the Human Sciences”. In HAAKONSEN, K., e WHATMORE, R. (orgs.). *David Hume*. Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 241-66.
- GROBER, M. 2022. “Hume and the Royal African”. *Hume Studies*, v. 47, n. 2, pp. 285-309.
- HUME, D. (1998). *An Enquiry concerning The Principles of Morals*. Oxford: Oxford University Press.
- HUME, D. 1985. *Essays Moral, Political and Literary*. Indianapolis: Liberty Fund.
- HUME, D. 2014. *Further Letters of David Hume*. Edimburgo: Edimburgh Bibliographical Society.
- HUME, D. 1983a. *The History of England – Volume II*. Indianapolis: Liberty Fund.
- HUME, D. 1983b. *The History of England – Volume V*. Indianapolis: Liberty Fund.
- HUME, D. 1983c. *The History of England – Volume VI*. Indianapolis: Liberty Fund.
- HUME, D. 2011. *The Letters of David Hume – Volume II*. Oxford: Oxford University Press.
- HUME, D. 2000. *A Treatise of Human Nature*. Oxford: Oxford University Press.
- LIMONGI, M. I. 2023. “O racismo de Hume por Hume”. *Doispontos*, volume XX, n. 2, p. 123-236.
- LIVINGSTON, D. 1998. *Philosophical Melancholy and Delirium*. Chicago: The University of Chicago Press.
- PALTER, R. 1995. “Hume and Prejudice”. *Hume Studies*, volume XXI, n. 1, p. 3-24.
- RIBEIRO, A. S. 2019. *Refinamento moral nos Ensaios de Hume, 1741-1742*. Tese de doutorado. Belo Horizonte: UFMG.
- SEBASTIANI, S. 2013. *The Scottish Enlightenment: Race, Gender, and the Limits of Progress*. Nova Iorque: Palgrave MacMillan.
- WATKINS, M. 2013. “A Cruel but Ancient Subjugation? Understanding Hume’s Attack on Slavery”. *Hume Studies*, volume 39, n. 1, p. 103-21.
- WEI, Jia. 2017. *Commerce and Politics in Hume’s History of England*. Woodbridge: The Boydell Press.
- WENNERLIND, C. 2002. “David Hume’s Political Philosophy: A Theory of Commercial Modernization”. *Hume Studies*, 28, p. 247-270.
- WILLIS, A. C. (2016). “The Impact of David Hume’s Thoughts about Race for his Stance on Slavery and His Concept of Religion”. *Hume Studies*, volume 42, n. 1-2, p. 213-39.